

Secretarias de Estado da Educação e sob supervisão do Ministério da Educação e Cultura, em 8 estados da Federação (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão e Mato Grosso do Sul), cuja proposta era integrar as populações rurais à sociedade brasileira, nas áreas mais carentes do país.

Com vistas a precisar a ideologia, nível manifesto de conscientização e o compromisso dos seus autores frente à vida camponesa e ao seu direito a transformações históricas, a autora analisou, neste material didático, valor, representação, forma e conteúdo, constatando que os temas centrais, giravam em torno de valores universais, tais como : homem, natureza, família, amor, fé, cultura e o trabalho.

O resultado de tal estado evidenciou que as características das cartilhas governamentais primam pela negação: do mundo rural, da vida e das lutas do camponês brasileiro e da própria cultura do homem do campo; das capacidades de inteligência, sensibilidade e espírito crítico para perceber e interpretar o seu próprio mundo; da própria infância enquanto uma fase da existência humana plena de desenvolvimento; da possibilidade da luta camponesa e do campesinato como classe social; da natureza política da educação; e, do significado político, formativo e crítico da alfabetização.

Marlene Rodrigues chama atenção para a urgência em se dizer, nos primeiros livros da vida escolar do aluno camponês, palavras que expressem a realidade rural, as causas da dominação e as da desigualdade entre os homens do campo, desmistificando as relações de trabalho que oprimem o campesinato, encorajando-o a desafiar o poder dominante e a desenvolver uma contra-hegemonia. É

preciso resgatar a dignidade camponesa, tendo como meio a educação enquanto um projeto histórico de libertação, preservando o caráter político da alfabetização e do processo de conscientização.

Portanto, a contribuição dessa obra ilumina a discussão sobre o que queremos para as escolas rurais, tendo de um lado uma política educacional alienada e totalmente distante da realidade do mundo rural e, de outro, várias iniciativas, de caráter alternativo, de educar o aluno do campo de maneira conscientizadora, valorizando os aspectos essenciais da existência humana, tornando-o sujeito capaz de fazer, refazer e transformar o seu mundo e seu próprio tempo.

Finalmente, convém ressaltar que este livro, escrito em linguagem clara e convincente, é fortemente apoiado pela pesquisa realizada, que fundamenta sua proposta. Sua leitura torna-se, assim, indispensável a todos aqueles que se interessam em compreender a escola, inserida em seu adequado contexto, ou busquem articular a educação, com os interesses da transformação social.

HISTÓRIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM GOIÁS

*Arilda Inês Miranda Ribeiro **

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1991.

O trabalho que o professor Genesco Bretas desenvolveu durante oito anos

* Doutoranda da Faculdade de Educação da UNICAMP.

consultando as fontes primárias sobre o que ocorreu em Goiás e nas Cortes a respeito da Instrução Pública do Estado de Goiás pode ser considerado um fio condutor para pesquisadores interessados em informações precisas, relativas à historiografia educacional brasileira. Isso porque a instrução em Goiás faz parte do contexto da história brasileira e dessa forma sua trajetória educacional, bem como seus entraves sociais e políticos refletem os descaminhos da educação brasileira.

A obra é muito densa, excessivamente minuciosa e descritiva de fatos que por vezes se tornam repetitivos em desnecessárias páginas posteriores. Espécies de sínteses que dão a impressão ao leitor de estar fazendo um exercício didático de assimilação de conteúdo pormenorizado. Entretanto, contém uma riqueza de dados que a tornam um "mal necessário". Isso se dá em função da escassez de estudos relativos a essa área da Educação, não só no Estado de Goiás, mas no Brasil como um todo. As dificuldades da implantação dos vários setores educacionais dentro de um Província (e depois Estado) semelhante a outras longínquas da Corte e portanto pouco favorecidas, traz à tona um tipo de educação que se distancia da problemática dos Estados mais desenvolvidos. Revela por essas e outras questões um outro aspecto da educação brasileira, aquele que só recebeu o eco das grandes mudanças nos grandes centros e teve que enquadrá-las de acordo com as suas possibilidades.

O livro, dividido em três partes - 1. Colônia, 2. Império e 3. República - contempla os episódios mais importantes relativos a cada um destes períodos: os principais textos legais, os maiores nomes

do magistério, os movimentos educacionais de importância, etc.

Pela dificuldade em se ter acesso aos documentos da época colonial, esse primeiro capítulo oferece informações inéditas principalmente no que diz respeito ao período das aulas régias e seus primeiros professores. A forma de pagamento dos salários, plano de carreira e as implicações do subsídio literário goiano. Em relação ao desempenho dos docentes, o autor retrata longamente a biografia de cada um deles, bem como os aspectos subjetivos e as relações políticas que os levavam a acatar ordens e designações das autoridades e reformas presidenciais nem sempre dignas de aprovação. Nessa situação se encontrava, por exemplo, o Padre Luis Antônio da Silva e Souza, professor de Gramática Latina de Vila Bia. Considerado, na época, um dos homens mais cultos de Goiás, cronista e poeta, com estudos na Europa, trabalhou e se aposentou como "substituto" de sua própria cadeira sem conseguir sua efetivação.

Antes propriamente de descrever o que aconteceu em Goiás nos começos do Império, no que diz respeito à Instrução Pública, Bretas retoma fatos ocorridos na Capital do Império sobre os assuntos: A constituição de 1823, a abolição do Estado na criação e manutenção de escolas públicas e a permissão de qualquer cidadão de abrir escolas primárias, sem as exigências das antigas leis portuguesas de exames, licenças ou autorização. Também trata da Lei de 15 de outubro de 1827, primeira lei orgânica do ensino primário no Brasil, e suas implicações no Estado de Goiás.

O segundo capítulo apresenta-se como o mais elaborado, não somente porque retrata os condicionamentos internos que

essas novas leis tentavam preencher face às dificuldades de uma Província empobrecida, bem como evidencia a ausência, na época, de candidatos aptos às cadeiras principalmente de Matemática e Geometria. Esta última, aliás, tinha a garantia de sua manutenção através do testamento do Escrivão Deputado da Junta Imperial da Fazenda, graduado em matemática em Coimbra, João Gomes Machado, o famoso Dr. Corumbá. Este deixou toda a sua fortuna para ser aplicada na propagação do ensino de Geometria na Província de Goiás, fato que ocorreria, por questões burocráticas, somente depois de mais de meio século após a sua morte, no século XX.

As escolas de Ensino Mútuo e o Método Lancasteriano não encontraram em Goiás as condições materiais para a garantia do mínimo exigido, a começar pela falta de prédios, material didático e mobiliário. Dessa forma, o trabalho dos mestres provinciais e seus parcos salários, recebidos sempre com atrasos de anos, quando não o recebiam simplesmente, representava apenas um dos lados toscos do conjunto de precariedades dessa instrução que ensaiava ainda seus primeiros passos. A riqueza de dados e pormenores do que se chamou Ensino Mútuo em Goiás é descrito pelo autor com humor e ironia, porém como o próprio Genesco cita, "... não se sabe realmente como funcionava uma escola de ensino mútuo no Brasil. Não se encontra nenhuma publicação crítica, da época, que descrevesse com minúcias a sua rotina de trabalho" (p. 149). Sua descrição portanto, é uma contribuição ao registro histórico sobre o Método Lancasteriano em Goiás.

Quanto às tentativas de Ensino Superior na Província, estas são encaradas

como a necessidade de suprir carências que a mesma tinha com a falta de profissionais. Bacharéis e padres ilustrados eram poucos para ocuparem postos de representação. No setor da saúde a ausência era quase completa. Em 1830 não havia médicos, farmacêuticos e a odontologia se limitava "à extração de dentes podres", e por isso, esses profissionais tinham o nome de "tiradentes" (p.157). Em uma Província tão distante, as endemias eram preocupação básica dos governantes, assim como a arte de partejar e a criação de boticas e boticários. No entanto, não era ainda o momento para esse tipo de ensino.

Com o ato Adicional e a fundação do Pedro II na Corte, surgem as primeiras leis goianas sobre a Instrução Pública. Genesco faz um balanço da criação das escolas primárias de meninos e meninas de 1835 a 1845, enumerando as 32 escolas primárias da Capital, e dos arraiais e vilas, com seus respectivos professores e datas de provisão. Descreve com minúcias também as cadeiras de Ensino Secundário existentes na Província: De latim, Retórica, Francês, Aritmética e Geometria, e Filosofia, além de biografar os homens que fizeram a época heróica dos vinte anos após a Independência. Entre eles, o Corumbá.

No texto seguinte, a fundação do Liceu de Goiás e sua trajetória é um dos pontos fortes do livro. O autor trabalhou com muita profundidade na investigação histórica do primeiro estabelecimento de Ensino Secundário do Estado. Desde a instalação, os primeiros anos difíceis do Liceu, os critérios para exames, regulamentos, reformas, cadeiras e professores, alcançando a rebeldia dos alunos daquela instituição e o apreço da

população por seu patrimônio. Os problemas descritos em detalhes sobre a anexação da Escola Normal e as implicações políticas que decorriam de cada gestão, são contornos de uma educação que se arrastava, levada à frente por Presidentes da Província, diretores que nem sempre podiam resolver problemas de estruturas conjunturais. Digna de registro é a atuação do Cônego Joaquim Vicente de Azevedo.

Ainda no segundo capítulo, relativo ao Império, o autor trata de outras questões do ensino e da cultura goiana. Os colégios, como o "Isabel" destinado à catequese e "civilização" dos indígenas não passou de tentativa. Houve também a Companhia de Aprendizes Militares, que por muito tempo foi chamada de "Quartel de Menores". As escolas e colégios particulares foram poucos no período do Império. No ensino secundário também foram raros os exemplos de estabelecimentos de administração particulares de ensino. O Seminário de Santa Cruz, criado em 1862 foi um estabelecimento que tinha administração privada, mas estipendiado pelo Governo Central, em Meia-ponte.

Das escolas noturnas, diz o autor, somente a da capital teve continuidade. Quanto a livros e bibliotecas, Goiás não os teve, nem na Colônia nem no Império, a não ser por iniciativa do benfeitor de Meia-ponte, Joaquim Alves de Oliveira. Poucos homens tinham livros em casa. No entanto Bretas institui o Gabinete Literário Goiano como a melhor e a maior biblioteca que se fundou em Goiás. Funcionando anexa ao prédio do Liceu, desenvolveu-se o bastante para ter vida própria até os dias atuais.

No final do segundo capítulo, há menção aos exames gerais de

preparatórios. Semelhante a outras regiões, as famílias ricas de Goiás, quando não havia nem colégio nem seminário, nem aulas avulsas, ajustavam professores particulares para ensinarem a seus filhos os cursos de preparatórios.

Sobre a República, no terceiro capítulo, Genesco Bretas faz novamente uma retomada dos acontecimentos educacionais ocorridos na capital e das expectativas em que permanecia o Estado de Goiás diante das reformas. Como acontecimento importante nessa época, destaca-se a fundação do Colégio Santana, pelas Irmãs Dominicanas, para moças.

Trata também das reformas da Instrução Pública ocorridas em julho de 1893 e agosto de 1898. Goiás entra no século XX com uma geração de jovens formados em Engenharia, Odontologia, Direito, Medicina, etc. Eram pertencentes às famílias mais antigas, como os Bulhões, Caiado, Xavier de Almeida, Fleury Curado, etc. Meta prioritária dos republicanos, o ensino foi a fonte principal de críticas da oposição no fim do Império. No início deste, funda-se a Academia e a Escola de Direito, fundidas depois em uma apenas. Solidifica-se a Escola Normal e o Liceu é equiparado e reequiparado ao Colégio Pedro II.

O autor, que também foi professor e administrador de instituições educacionais em Goiás durante cinquenta anos, se torna testemunho vivo e parte dessa história. Ao aproximar-se do período de sua atuação descreve os acontecimentos com mais probidade. Antes porém relatará, a largos passos, o destino do Liceu nesse século, a criação do Seminário Diocesano em Ouro Fino, após a transferência do antigo para a cidade de Uberaba, além de citar a criação da Escola de Aprendizes Artífices.

Cita como mudanças ocorridas na Instrução de Goiás de fundo educativo e cultural o Pedagogium, o Teatro, a Academia Goiana de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, as Escolas de Comércio e de Agricultura.

Ilustra seu livro com fotografias de antigos educadores, alunos e autoridades que fizeram parte da trajetória educacional, incluindo-se na foto da turma do Centenário do Liceu de Goiás como docente participante da expansão do Ensino após a Revolução de 30.

Vale como registro o nascimento do Instituto de Educação e o advento das Universidades.

Finalmente, o autor encerra o livro com a questão sobre Educação e a Política. Seu posicionamento diante do Movimento Estudantil e a infiltração do que ele denomina “elementos subversivos” deve ser lido como um viés ideológico. Ao citar que “os agentes de subversão manipulavam os estudantes “e que estes faziam o que lhes era determinado” agindo como cães amestrados..” (p. 598) perturbando a

ordem e incomodando governantes, Bretas desconsidera o momento histórico dos anos 60 e principalmente a relação desses fatos com as mudanças que ocorreram com a Educação no Brasil.

Junto a extensa bibliografia, Genesco Bretas incorpora alguns anexos relativos a leis e testamento de João Gomes Machado Corumbá.

Apesar de não se preocupar em seguir nenhum princípio metodológico, a obra em si tem componentes que a incorporam a um acervo da historiografia educacional que a torna relevante para o tratamento de documentos de difícil acesso. Infelizmente não há por parte do autor, análises e críticas que possam contribuir para o enriquecimento de um conteúdo tão extenso de pesquisa. A narração tradicional com fatos encadeados, torna-o uma tarefa enfadonha, que como já foi dito em páginas anteriores, necessário de ser realizado por todos aqueles que se interessam pela Instrução do Estado de Goiás, e conseqüentemente pela História da Educação Brasileira.